

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**JULIANNA VILLA VERDE**

**DEMOCRATIZAÇÃO E CULTURA POLÍTICA: APONTAMENTOS SOBRE A**  
**EXPERIÊNCIA BRASILEIRA**

**CURITIBA**  
**2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
JULIANNA VILLA VERDE**

**DEMOCRATIZAÇÃO E CULTURA POLÍTICA: APONTAMENTOS SOBRE A  
EXPERIÊNCIA BRASILEIRA**

**Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão  
do Curso de Especialização em Sociologia Política da  
Universidade Federal do Paraná - UFPR.**

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa**

**CURITIBA  
2015**

## RESUMO

O presente estudo reúne, por meio de revisão bibliográfica, diferentes abordagens a respeito de movimentos de transição e consolidação democrática em sociedades modernas a partir de variáveis distintas. Utiliza-se de análises baseadas em teorias de Cultura Política para traçar um conjunto de conceitos estabelecidos pela literatura vigente para medir e caracterizar a qualidade de democracias contemporâneas, visto seu processo de instituição. Por fim, aplicam-se os princípios teóricos estudados na interpretação da experiência democrática do Brasil, verificando a construção da cultura política democrática brasileira a partir de seu processo de redemocratização após o regime militar de 1964 a 1985.

**Palavras-chave: Cultura Política. Democracia. Transição democrática. Consolidação democrática.**

## **ABSTRACT**

*This study gathers, through a bibliographic revision, different approaches regarding movements of democratic transition and consolidation in modern societies based on distinct variables. Analysis built from theories of Political Culture are used to outline a set of concepts established by the current literature to measure and characterize the quality of contemporary democracies, considering their institution proceedings. At last, we apply the reviewed theory in the interpretation of the democratic experience in Brazil, verifying the construction of the Brazilian democratic culture from its process of democratization after the military dictatorship from 1964 to 1985.*

**Key-Words:** *Political Culture. Democracy. Democratic transition. Democratic Consolidation.*

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO .....  | 1  |
| 2 CULTURA POLÍTICA E TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS .....          | 2  |
| 3 CARACTERÍSTICAS DA DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA .....        | 9  |
| 4 UM PANORAMA GERAL DA CULTURA POLÍTICA DO BRASILEIRO ..... | 12 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                | 15 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                            | 16 |
| BIBLIOGRAFIA.....   | 18 |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo maior explorar o processo de redemocratização brasileira após o período de ditadura militar ocorrido entre os anos de 1964 a 1985. Utilizar-se-á dessa análise para explicar a construção da cultura cívica brasileira num contexto democrático.

A definição do termo *Cultura Cívica* utilizada nesse trabalho se refere àquela cunhada por Almond e Verba a respeito das orientações subjetivas dos cidadãos de uma nação sobre a atividade política praticada pelo seu governo. A cultura cívica compreende os conhecimentos e crenças compartilhados por esses cidadãos em relação à política, fatores que possuem efeitos diretos no nível de confiança depositado pelos mesmos em relação ao seu governo, o comprometimento com seus deveres de cidadão em relação à política e a efetiva participação política garantida pelos mecanismos democráticos (ALMOND; VERBA, 1989).

A transição política brasileira rumo à democracia, iniciada nos primeiros anos da década de 80, ocorreu através de uma série de contradições históricas e repercutiu traços característicos de transições democráticas na América Latina. Sendo o mais longo período de transição política rumo a redemocratização do continente, com uma duração de 11 anos (1974-1985), o processo de abertura, iniciado primeiramente de maneira concentrada na mão dos próprios militares, criou dinâmicas em que se reproduziram fatores autoritários na criação do novo regime. A respeito dessa centralização da transição, juntamente com a ausência de uma inclusão de grupos de interesse e sociedade civil no processo que levou a formulação da Nova República brasileira, Moisés comenta:

Quando os planos social e político estão cindidos, sem canal de comunicação orgânica e institucional, e não logram se expressar através da específica linguagem da política, não se pode falar, propriamente, da reconstrução das instituições tipicamente democráticas, nem se pode esperar que as imensas demandas econômicas e sociais [...] encontrem canal de expressão adequado (MOISÉS, 1986, p.119).

A conjuntura apresentada tem efeitos diretos na construção da cultura política democrática do cidadão brasileiro na medida em que não apenas garante que a sociedade esteja representada pelas instituições democráticas e possa se organizar como ator político, mas influi no reconhecimento subjetivo do cidadão como parte ativa do contexto político e social de seu país, o que fortalece a cultura democrática das instituições brasileiras.

Na primeira sessão do trabalho, utilizaremos de autores que se dedicaram a entender processos de transições políticas rumo à democracia para traçar um paralelo entre diferentes abordagens a respeito dos movimentos de democratização ocorridos a partir do século XX. A relação entre transições democráticas e cultura política será estudada a partir da análise de diferentes correntes teóricas sobre aberturas políticas contemporâneas, incluindo os trabalhos de Almond e Verba, Linz, Inglehart, Przeworski, Dahl e Morlino.

Para explicar as convergências com o padrão de processos de redemocratização latino-americanos com o caso brasileiro, a segunda sessão deste trabalho fundamenta-se em autores que revisaram as proposições culturalistas para relacioná-las com as feições da relação entre sociedade e Estado no Brasil e sua influência nas características da participação popular nos processos políticos do país, como Codato, Weffort e Arturi.

Por fim, a terceira e última sessão se dedica na produção de um panorama geral da formação da cultura política brasileira a partir de estudos realizados por autores como Moisés, Piquet e Lamounier, a fim de que possamos tirar algumas conclusões a respeito dos aspectos da experiência democrática brasileira.

## 2 CULTURA POLÍTICA E TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS

A utilização de teorias culturalistas para explicar mudanças políticas e econômicas nas sociedades modernas tem sido subestimada pela ciência política em detrimento de análises baseadas em princípios da escolha racional. Fatores culturais foram, por muito tempo, ignorados no estudo das organizações políticas. O avanço e aprofundamento das análises da cultura política em processos de democratização prova que já não se pode dissociar fatores subjetivos e culturais de uma análise completa proposta pelas diversas teorias da democracia na ciência política, visto que já se pode conceber que a consolidação de uma democracia estável não é necessariamente produto do desenvolvimento econômico. Inglehart, a respeito da importância da cultura política como fator analítico, comenta:

Em grande escala, mudanças culturais refletem a socialização de hábitos e atitudes duradouras. Uma vez estabelecidas, essas orientações possuem dinâmica própria, e podem agir como influências autônomas sobre a política e a economia muito posteriormente aos eventos que lhes deram origem. Assim, a relação de longo prazo entre economia e política é complexa. Não obstante, parece existir uma clara conexão empírica entre desenvolvimento econômico e a emergência de uma

democracia de massas, na qual escolha racional e cultura política não são modos de explicação incompatíveis, mas complementares (INGLEHART, 1990, p.17)<sup>1</sup>.

A tradição culturalista, inaugurada com a publicação da obra de Almond e Verba (1960), *Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, constitui uma escola da Ciência Política cujos teóricos se preocupam em explicar a relação de causalidade entre o nível de cultura democrática de uma determinada sociedade e o caráter democrático de suas instituições, além de como a relação desses dois fatores garante a estabilidade de uma democracia. Os autores definem a cultura política como sendo um conjunto de valores e orientações individuais que determinam como esse indivíduo enxerga o sistema político no qual está inserido e ainda como se identifica como ator político (ALMOND; VERBA, 1963). A obra de Almond e Verba ilustra as mudanças políticas do contexto pós-Segunda Guerra, em que um número significativo de regimes nacionais se direciona à transição democrática, num movimento que Huntington caracterizou de segunda onda de democratização (HUNTINGTON, 1993). Nesse período, diversas nações africanas e asiáticas vivenciaram “explosões nacionais”, em que novas instituições democráticas eram moldadas de acordo com novas ideologias e grupos de influência, no que se chamou de uma complexificação de regimes políticos nacionais (ALMOND; POWELL, 1972). Poderia se determinar que democracias participativas seriam o modelo predominante de organização política do século XX; porém, o questionamento dos autores se concentrava na consolidação de tais regimes. Supondo que a cristalização de uma democracia requer mais do que apenas instituições formais, e que, não necessariamente o desenvolvimento de uma cultura cívica é congruente a instituições democráticas, como se dará tal modelo participativo (ALMOND; VERBA, 1960)?

No desenvolvimento da Teoria da Cultura Política, Almond e Verba se apropriam de noções dispostas no pensamento Tocquevilleano, citadas em *Democracia na América*, para construir uma análise a respeito da influência da cultura nacional na construção de instituições democráticas. Os autores identificam, na obra de Tocqueville, diversos fatores que conectam a prática e os pensamentos dos indivíduos à construção de um sistema político com traços democráticos, em que um conjunto de costumes e valores compartilhados entre os habitantes

---

<sup>1</sup> Tradução livre. “In large part, cultural changes reflect the socialization of enduring habits and attitudes. Once established, these orientations have a momentum of their own, and may act as autonomous influences on politics and economics long after the events that gave rise to them. Thus, the long-term relationship between economics and politics is complex. Nevertheless, there seems to be a clear empirical linkage between economic development and the emergence of mass democracy, in which rational choice and political culture are not incompatible but complementary modes of explanation.”

da Nova Inglaterra deram origem a um corpo de ideias democráticas que serviu como base coesa dos procedimentos políticos desenvolvidos (FAGUNDES, 2008).

Como evidenciado na obra vanguardista de Almond e Verba, análises de cultura política possuem uma abordagem essencialmente multidisciplinar. A clara influência da sociologia, antropologia e psicologia em teorias culturalistas se dá na medida em que o comportamento do cidadão como unidade analítica pressupõe um entendimento de como esse indivíduo vê a si mesmo, se relaciona com seus pares e constitui parte de um conjunto, num espectro em que “indivíduo e sociedade reforçam-se mutuamente, não constituindo entidades distintas” (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999).

O método reproduzido por Almond e Verba analisa padrões de atitudes individuais em relação à democracia por meio do estudo de valores cognitivos, sentimentais e avaliativos em cinco diferentes contextos democráticos: Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e México. O estudo desses fatores levou ao estabelecimento de regras a respeito de como cidadãos internalizam a realidade política que vivenciam. Segundo essa teoria, é possível construir um paralelo entre os traços psicológicos da política à estrutura política de determinada nação, visto que a cultura política num contexto nacional é a determinada distribuição e combinação de padrões individuais (ALMOND; VERBA, 1960).

A formação de tais padrões se dá em um processo de socialização, em que indivíduos de uma comunidade política apreendem valores ao longo do seu desenvolvimento intelectual em ambientes sociais como família, escola, trabalho. Essa socialização é cumulativa, ou seja, o que indivíduos internalizam na infância, determina as condições de aprendizado na vida adulta. Segundo Eckstein a socialização se dá com a ação de “socializadores externos”, num contexto em que:

O repertório de cognições, sentimentos e esquemas de avaliação que processam a experiência em ação devem ser comunicados por meio de carreiras socializadas de cultura. O processo pode ser direto, por “professores” que são culturalmente atores variados, ou pode ocorrer indiretamente por meio da experiência com variadas culturas (ECKSTEIN, 1991)<sup>2</sup>.

É na maneira pela qual determinadas orientações individuais são moldadas por processos de socialização, que podem ocorrer mudanças estruturais, por meio de diversos

---

<sup>2</sup> Tradução livre. “The repertoire of cognitions, feelings, and schemes of evaluation that process experience into action must be imparted by the socialized carriers of culture. The process can be direct, by “teachers” who are culturally variable actors; or it can occur indirectly simply through the experience of variable cultures.”

canais, sendo a educação, influência da mídia e relação individual com o aparelho governamental apenas alguns exemplos. Ou seja, traços significativos de qualquer cultura podem ser modificados criando dinâmicas inteiramente novas entre sociedades e valores pré-concebidos, mesmo que essas mudanças drásticas sejam muito mais prováveis com substituições inter-geracionais do que com aperfeiçoamento de valores em “adultos já socializados” (INGLEHART, 1990).

A análise de transições políticas baseia-se de maneira expressiva nessa concepção. Além da complexificação de regimes nacionais já mencionada, Inglehart argumenta que fenômenos em âmbito sistêmico criam ambientes nacionais favoráveis a transições rumo à democracia. Segundo o autor, “a modernização gera mudanças culturais que fazem da democracia o resultado institucional lógico” (INGLEHART; WELZER, 2009). Sociedades pós-industriais, que vivenciaram um processo de aumento expressivo de autonomia individual e conquista de liberdades civis sem precedentes, estão mais aptas a incorporarem valores que podem ser caracterizados como democráticos.

Diversas escolas de ciência política ao redor do mundo promoveram esforços para ampliar seu entendimento em relação aos movimentos de democratização e suas peculiaridades. A concepção de que uma ruptura tão significativa não poderia ser propulsionada sem o consentimento das elites políticas e econômicas de determinada sociedade não se mostra como um fator de divergências nas abordagens de cunho culturalista ou teorias baseadas na escolha racional. De fato, essas duas escolas são vistas pela literatura como complementares, já que não é possível conceber um estudo aprofundado e multidisciplinar de uma realidade política específica se essa dinâmica não for levada em conta.

Anteriormente a uma revisão da bibliografia a respeito de transições políticas, principalmente no que tange as peculiaridades de processos latino-americanos, como será proposto aqui, faz-se necessária breve definição de democracia, pertinente à análise proposta.

A essa altura é cabível que façamos uma mais acurada definição de democracia. Considera-se válida, no presente estudo, a proposição de Dahl a respeito das poliarquias, ou experiências democráticas modernas, que traça uma relação de interdependência entre oposição política ou, nas suas palavras, *contestação* e participação, ou *inclusividade* (DAHL, 1997). Segundo Dahl, experiências que mais se aproximam do ideal de democracia liberal incluem alto nível de diferentes representações com o mesmo espaço na arena política e distribuição universal do direito de participar direta e indiretamente do processo político.

Pzeworski reforça a importância da existência de uma oposição legítima quando propõe que a democracia é “um sistema em que partidos perdem eleições” (PRZEWORSKI, 1991)<sup>3</sup>. Um governo fundado no consentimento da maioria, cujo funcionamento segue a lógica básica de Dahl de “contínua responsividade do governo às preferências dos seus cidadãos, considerados como politicamente iguais” (DAHL, 1997) e que se baseia na dicotomia entre oposição e participação é o modelo de democracia pressuposto pelo presente estudo.

Morlino se utiliza de conceitos liberais quando afirma que democracias industriais de massa contêm intrinsecamente um conjunto de regras claras que permitem a “resolução pacífica de conflitos” e que assegurem direitos universais a ponto de garantir a igualdade política, em oposição a um período de autoritarismo. É tal comparação que permeia a análise corrente a respeito de consolidações democráticas. O mecanismo democrático mais óbvio, eleições livres, não é o suficiente para garantir o funcionamento de uma democracia nova. Liberdade de associação, igualdade jurídica partidária e “fontes alternativas de informação” são fatores igualmente básicos na construção de uma dinâmica democrática (MORLINO, 1986). É por essa razão que se torna primordial o estudo de transições e consolidações democráticas como forma de desconstruir as etapas de instituição de um novo regime, assimilar sua estabilidade e, se possível, prever futuros desdobramentos que possam afetá-la. Morlino define consolidação como:

Algo que emprega um certo tempo em completar-se e que, ao mesmo tempo, é o resultado de complexas inter-relações entre todos os atores em jogo, os institucionais e os sociais politicamente relevantes, com suas estratégias, posições, opções e recursos. Se trata, além disso, de inter-relações também entre atores da elite e massa. Nesse processo, efetivamente, como defende Rustow, os atores que sabem aproveitar melhor o novo contexto institucional possuem vantagem na afirmação de suas opções e, em geral, na proteção de seus interesses (MORLINO, 1986)<sup>4</sup>.

Diferentes abordagens a respeito de consolidações democráticas chamam atenção para aspectos relevantes do nascimento de democracias. Alguns autores defendem que só se pode analisar completamente um processo de democratização levando-se em conta aspectos conjunturais da economia de determinado país. Inglehart elege três fatores como decisivos

---

<sup>3</sup> Tradução livre: “Democracy is a system in which parties lose elections” p.10.

<sup>4</sup> Tradução livre: “Algo que emplea un cierto tiempo en completarse y que, al mismo tiempo, es el resultado de complejas interrelaciones entre todos los actores en juego, los institucionales y los sociales políticamente relevantes, con sus estrategias, posiciones, opciones, recursos. Se trata, además, de interrelaciones también entre actores de élite y de masa. En este proceso, efectivamente, como sostiene Rustow, los actores que saben aprovechar mejor el nuevo contexto institucional sacan ventaja en la afirmación de sus opciones y, en general, en la protección de sus intereses”, p.13.

para a compreensão do relacionamento entre regimes democráticos e desenvolvimento econômico. O primeiro se refere à ascensão de uma elite comercial-industrial com forte influência na política institucional; como segundo fator está o desenho de condições convenientes à realização de participação em massa na política e, por fim, o terceiro fator concerne o aumento de apoio popular a instituições democráticas acompanhado de um sentimento generalizado de confiança no processo democrático (INGLEHART, 1990).

Vê-se que essa noção não vai contra argumentos relacionados à escola culturalista. De fato, a crença de uma maioria de que apenas um sistema político baseado em preceitos democráticos seria a maneira mais apropriada de regular a vida comunitária é exatamente o elemento propulsor de uma consolidação democrática em níveis mais profundos e duradouros (LINZ; STEPAN, 1999).

O método de pesquisa por meio de surveys, questionários direcionados a um determinado público como maneira de detectar padrões de opinião e comportamento dentro de um recorte da sociedade, disseminado a partir dos anos 50 e 60 nos Estados Unidos e adotado mundialmente como metodologia de coleta de dados, aponta traços da opinião a respeito de democracia interessantes à presente análise. Análises recentes a respeito da adesão democrática pela população de uma nação mostram um evidente crescimento da opinião geral de que democracias são a melhor maneira de governar, porém, esse fator se contrasta com um cada vez mais baixo nível de confiança em instituições democráticas (MOISÉS, 2010). Moisés defende:

É como se as pessoas comuns ouvidas pelas pesquisas de opinião estivessem dizendo, por uma parte, que amam a democracia, mas, de outra que, se não odeiam, têm sentimentos contraditórios ou ambíguos a respeito de normas, procedimentos e regras que caracterizam as instituições democráticas, cuja função é assegurar a sua participação na competição pelo poder e nos mecanismos pelos quais as decisões públicas são tomadas (MOISÉS, 2010).

Aspectos de uma cultura política calcada na ausência de uma relação de confiança individual e institucional podem ser nocivos a qualquer experiência democrática. Quando indivíduos não identificam a necessidade e motivação em reconhecer a legitimidade de instituições democráticas, as principais “promessas da democracia”, ou todo o mecanismo montado para garantir liberdade e igualdade política, perde sua razão de ser além do papel (MOISÉS, 2010). Em outras palavras, os efeitos simbólicos da falta de confiança e credibilidade popular no funcionamento do sistema político e seu país faz com que toda a ideia de democracia seja uma aspiração sem fundamentos.

O caso brasileiro, como procuraremos explicar nas sessões seguintes, ilustra bem a contradição entre alto nível de adesão à democracia e baixo nível de confiança em seus instrumentos. As pesquisas de Moisés demonstra que o brasileiro desconfia da legitimidade de determinadas instituições como partidos políticos, o sistema legislativo e judiciário, e ainda, de suas próprias interações sociais em sua vida cotidiana (MOISÉS, 2010). Ou seja, o brasileiro não possui um alto nível de confiança nas pessoas com que se relaciona no dia-a-dia, em ambientes fora de seu círculo privado, como família e amigos. Essa desconfiança, todavia, se opõe à uma maior credibilidade em instituições altamente hierarquizadas, públicas ou privadas, como o Exército e a Igreja. Moisés sugere uma relação entre os baixos níveis de confiança interpessoal e institucional e a baixa participação política detectada na sociedade brasileira. Em suma, um contexto em que uma maioria descrê no desempenho da política democrática e ainda desconfia não só de seu governo mas dos membros da sua própria comunidade, pode resultar em apatia política, como defende Eagleton:

O fato de as pessoas não combaterem ativamente um regime político que as oprime talvez não signifique que tenham absorvido mansamente seus valores governantes. Pode ser que, após um árduo dia de trabalho, estejam exaustas demais e não tenham energia de sobra para envolver-se em atividades políticas, ou que sejam tão fatalistas ou apáticas que não percebam o sentido de tais atividades (EAGLETON, 1997).

Em relação ao que se propõe em Eagleton, alguns explicam essa relação conflituosa entre altos níveis de adesão à democracia e, ao mesmo tempo, descrença nos processos democráticos como resultado de um fenômeno bastante identificado em democracias novas ou consideradas fracas. Não se trata de afirmar que, nesses casos, os princípios democráticos não possuem razão de ser ou não encontrarão legitimidade para durarem. O contraditório apoio popular desses valores se deve ao estágio de desenvolvimento social dessas sociedades. Ou seja, preocupações em relação à condições de subsistência ou necessidades econômicas básicas vem antes de preocupações em relação à regulação da vida política.

Essa análise pode ser útil para que tiremos conclusões sobre o processo de consolidação democrática brasileira. Como veremos na próxima sessão, alguns aspectos conjunturais da realidade política e socio-econômica do Brasil no momento da redemocratização corroboram com o entrelaçamento das dimensões de desenvolvimento humano e democracia. No capítulo a seguir procuraremos delinear os aspectos principais da cultura política democrática brasileira, relacionando com uma análise histórica do momento de redemocratização após o regime militar e de reorganização da sociedade frente ao novo sistema democrático.

### 3 CARACTERÍSTICAS DA DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

Após 21 anos sob governo autoritário liderado pelos militares, o Brasil voltou a ser uma democracia, por meio de uma transição iniciada de maneira centralizada pelos detentores do poder até então, os quais articularam uma abertura sem que houvessem grandes rupturas com o antigo regime. O movimento de abertura política iniciado em meio ao próprio aparelho militar a partir de 1974 teve como objetivos principais, segundo Codato, “restabelecer a estrutura e a ordem no interior do estabelecimento militar, assim como garantir maior estabilidade institucional e previsibilidade política ao regime ditatorial” (CODATO, 2005). Uma transição à democracia propulsão, não por movimentos revolucionários externos ao regime, mas por interesses de manutenção de um grupo específico nas rédeas das decisões do Poder Executivo em um contexto de liberal-democracia, deram origem a uma sequência de desdobramentos que deram força a movimentos sociais e segmentos da sociedade civil que ajudaram a acelerar a abertura. No decorrer dos últimos dois governos militares, dos presidentes Geisel e Figueiredo, uma série de medidas foram adotadas pelos situacionistas no sentido de institucionalizar políticas de abertura. Entre elas, podemos citar a reinstituição do habeas corpus, o retorno ao pluripartidarismo o reestabelecimento de eleições diretas para governos estaduais e a volta da liberdade de imprensa (WEFFORT, 1984).

Alguns autores de teorias da democratização, como O’Donnell, argumentam que em contextos de regimes ditatoriais menos violentos, em relação a regimes autoritários que vivenciaram uma repressão sem precedentes, e que produziram em sua vigência um impacto positivo na economia de seu país, o governo possui a capacidade de ditar as regras da abertura política, deixando fortes “resíduos autoritários” nos processos instaurados por uma eventual redemocratização (ARTURI, 2001). Segundo Arturi:

Com efeito, quando o governo Geisel deu início à liberalização política em 1974, os militares já haviam consolidado o modelo de modernização conservadora cujo lema “segurança e desenvolvimento” resumia suas características. As altas taxas de crescimento do então “milagre econômico” e a dizimação da contestação armada fornecem apoio social e recursos políticos e econômicos consideráveis ao novo governo, permitindo-lhe ousar uma estratégia de transição política que ainda não encontrava apoio majoritário no seio da elite dirigente (ARTURI, 2001).

A trajetória de liberalização política rumo a uma democracia representativa direta significou, ao contrário de uma ruptura, uma continuidade de padrões reproduzidos na ditadura, pois foi produzida por um movimento de conciliação entre a ala governista e a

oposição, permitindo, assim, que os interesses dos militares estivessem assegurados num governo civil. Um exemplo claro dessa conciliação foi a sequência de eventos que resultou na eleição indireta do primeiro Presidente civil após os militares, Tancredo Neves, que, após seu falecimento, foi substituído pelo vice José Sarney. Após uma rejeição majoritária da reinstauração do voto direto, um Colégio Eleitoral respaldado pelas Forças Armadas elegeu, em janeiro de 1985, o líder da oposição (PMDB) para governar o país pelos 4 anos seguintes (CODATO, 2005). A conciliação permitiu que se institucionalizasse a liberalização de maneira “incremental e moderada” (CODATO, 2005) para impedir que houvesse uma guinada de volta ao autoritarismo mas ao mesmo tempo construir um Executivo forte e essencialmente conservador. Segundo Arturi:

O continuísmo e o excesso de “garantismo” tornaram-se as marcas da democratização outorgada brasileira, cujo êxito deve-se à combinação entre a estratégia voluntarista do regime autoritário e o auto-enquadramento da maioria da oposição na lógica e nas regras impostas pelo regime autoritário. A lentidão, o gradualismo e o controle exercido nesse período pelos detentores do poder legaram “resíduos autoritários” e reforçaram práticas políticas tradicionais do país que problematizaram fortemente a fase seguinte de democratização, sob o governo Sarney, e constrangeram o processo de consolidação do novo regime democrático a partir de 1990 (ARTURI, 2001, p.20).

As práticas antigas de efetivação de interesses conservadores dentro do Executivo para constranger decisões no Parlamento continuaram a partir do primeiro governo civil eleito indiretamente de José Sarney (ARTURI, 2001). A gestão de Sarney, de fato, representou um momento que Zaverucha chama de “democracia tutelada” (ZAVERUCHA, 1994). O primeiro presidente civil da Nova República não promoveu mudanças na estrutura alimentada pelos militares, não se concentrou em reformar instituições no sentido de obter mais garantias de uma autonomia civil frente à militar, e ainda se utilizou de suas alianças com os militares para se manter forte em relação a seus rivais (ZAVERUCHA, 1994). As características de um governo interino, legitimado pelo antigo regime, com a missão de encabeçar a transição para as primeiras eleições diretas após um longo período de presidentes militares constituem num claro símbolo da influência da manutenção de práticas autoritárias no ritmo da consolidação da democracia como valor e como prática. Segundo Arturi:

Os acordos entre os militares e a oposição, estabelecidos na fase de liberalização política, podem persistir longamente, originando uma democracia com “defeitos de

nascença” (KARL & SCHMITTER, 1991, p. 286). Dessa maneira, traços da cultura política de um país, comportamentos historicamente arraigados e constrangimentos estruturais podem, ou não, ser reforçados pelas escolhas e ação dos atores políticos em uma determinada conjuntura (ARTURI, 2001, p.15).

De acordo com Banegas, não se pode interpretar movimentos de abertura política apenas por dinâmicas pré-existentes impostas pelos atores que conduzem os processos, sem considerar a relação de novos eventos e possibilidades criadas por essas dinâmicas ou como reação as mesmas (BANEGAS, 1993). De fato, a transição brasileira enfrentou desdobramentos não previstos pelos promotores da abertura. A volta do pluripartidarismo e a construção de uma nova oposição deu espaço para novos atores políticos na arena de negociação. O movimento sindical, cujas greves de operários do setor metalúrgico paulista vivenciaram seu marco nas grandes greves produzidas entre o fim da década de 70 e o início dos anos 80, representou a uma força de oposição mais eficaz que o próprio voto (CODATO 2005, apud SAES, 1984). O “novo sindicalismo” se inseriu como importante protagonista da abertura pois influenciou tanto na dinâmica de negociações dentro do espectro das elites políticas quanto na dinâmica das pressões provindas de grupos organizados da sociedade (CODATO 2005, apud DINIZ, 1986).

O processo de anistia aos crimes políticos promovidos tanto pela situação quanto pela oposição no decorrer do regime militar também representa caráter de continuísmo promovido pela ala governista no momento da abertura. Em 1979, foi aprovada a Lei da Anistia, perdoadando os crimes de natureza política ocorridos durante o período militar. A instituição da anistia, por meio da qual foram libertados mais de 25.000 presos políticos detidos nos quartéis de todo o país, também assegurou que os militares envolvidos em prisões e torturas arbitrárias nunca fossem julgados (EL PAIS, 2014).

O chamado Dossiê Ditadura, elaborado pela Comissão Nacional da Verdade estabelecida a fim de averiguar violações de direitos humanos promovidas durante o regime, contabilizou um total de 24.560 vítimas de perseguições promovidas pelos militares, além de 421 mortos e desaparecidos, sobre as quais se possui pouca informação (DOSSIÊ DITADURA, 2009). O fato de não haver uma responsabilização legal das partes envolvidas em violações de direitos humanos no período autoritário corresponde a um forte símbolo da faceta autoritária da democratização, e tem resultados diretos na construção da cultura política em contexto democrático.

A dinâmica estabelecida pelos militares para promover a abertura política marcada pela conciliação encontra efeitos diretos na qualidade e consolidação na democracia de acordo

com os parâmetros visitados na primeira sessão deste trabalho. A falta de quebra em determinados padrões da ditadura pode ser vista como um dos fatores pelos quais uma instauração de cultura democrática no Brasil enfrente estranhamentos por parte da sociedade. Na sessão a seguir estabelecemos alguns pilares teóricos para a análise da cultura política do brasileiro a partir do processo histórico aqui evidenciado.

#### 4 UM PANORAMA GERAL DA CULTURA POLÍTICA DO BRASILEIRO

A definição de cultura cívica de Almond e Verba sugere que existe uma fórmula que combina padrões culturais de uma sociedade com a ascensão e estabilização de seu sistema democrático. Esse espectro da cultura contém uma combinação de orientações subjetivas e sentimentos, como no caso de apatia ou desconfiança nas instituições democráticas, e práticas culturais que refletem essas orientações, como determinado nível de participação política.

A adesão brasileira aos princípios básicos de uma democracia é menor do que na Argentina e no Chile, países que possuem semelhanças com o Brasil no que se refere às características de seus períodos autoritários e indicadores socio-econômicos (LAMOUNIER, 1996). A pesquisa de Moisés detectou na percepção dos brasileiros em relação à democracia uma mistura de ceticismo, pessimismo e inquietação no que se refere à experiência da democracia no país. O cidadão médio brasileiro é capaz de afirmar que a democracia é, sem dúvida, o melhor modelo de regime político adotado em relação a outros regimes, como as ditaduras, por obedecer e legitimar, por meio de suas regras e procedimentos, os princípios de liberdade e igualdade intrínsecos à vida de todos os cidadãos. Essas concepções, como concluem os estudos de Moisés, não são originárias apenas da influência internacional provocada por um amplo movimento de difusão desses valores, mas provem também da própria experiência dos cidadãos com a política brasileira que moldam a identificação com instituições representativas democráticas, e a rejeição de alternativas autoritárias (MOISÉS, 2010). Moisés defende que:

Neste sentido, os dados confirmam os achados de Dalton, Shin e Jou (2007) sobre os entrevistados do Leste Europeu, da Ásia, da África e de outros países da América Latina: pessoas comuns, mesmo em ambientes não inteiramente favoráveis, sabem definir a democracia e essa definição está associada, por uma parte, com o seu apoio normativo ao regime, isto é, aos ideais que ele envolve e, por outra, com as expectativas que ele suscita a respeito do desempenho prático de suas instituições como meio de realizar aqueles ideais (MOISÉS, 2010).

Nos estudos sobre as opiniões dos brasileiros sobre o tema da democracia se sobressaem alguns fatores de influência nessas orientações culturais. O nível educacional, a influência de meios de comunicação e a relação que o cidadão tem com o tema da corrupção são alguns aspectos que, por via de regra, moldam as orientações democráticas no público brasileiro.

Estudos apontam que, apesar de o brasileiro identificar a importância de mecanismos democráticos na condução da política no país, isso não significa que esse mesmo cidadão pratique plenamente seu direito de agir como ator político. De fato, o brasileiro reconhece o direito ao voto como fator principal de influência direta da democracia em seu envolvimento como cidadão na atividade política. Eleger governantes diretamente por meio do voto universal aparece como a atividade mais reconhecidamente democrática, segundo a população brasileira. O acompanhamento de partidos e instituições, e a formação de associações voluntárias de cidadãos para atuar como ponto de influência em determinados temas políticos não são, todavia, aspectos frequentemente reconhecidos pelo brasileiro como característicos e fundamentais de sua participação política. Isso pode explicar, em parte, os níveis baixos de participação política detectados no país.

Surveys realizados por Moisés e Carneiro de 1995 a 2002 mostram que em média 60% dos brasileiros acreditam que a democracia seja o melhor regime político, enquanto os níveis de confiança e satisfação com as instituições democráticas giram em torno dos 35% (MOISÉS; CARNEIRO, 2008). Esse estudo constatou que pessoas que se mostraram insatisfeitas com a democracia foram aquelas que demonstraram também uma preocupação em relação à economia do país, e por conseguinte, uma preocupação com sua própria subsistência. Em relação aos baixos níveis de confiança, o estudo detecta esse padrão em entrevistados de maior nível de escolaridade, que demonstram também baixos níveis de confiança interpessoal e satisfação com suas realidades individuais (MOISÉS; CARNEIRO, 2008).

A prática e a percepção da corrupção no contexto brasileiro se mostra, segundo alguns autores, como resultado da formação de um Estado patrimonialista “de caráter modernizador” (FILGUEIRAS; MONTANDON; OLIVEIRA.; ABREU, 2010 apud SCHWARZTMAN, 1982), nas definições de Schwartzman, em que a centralização de um aparelho burocrático baseado em sistemas de privilégios é legitimada pela promoção do capitalismo, “capaz de preservar o sistema de dominação tradicional pelo avanço do desenvolvimento”

(FILGUEIRAS; MONTANDON; OLIVEIRA.; ABREU, 2010). Os autores identificam alguns padrões na percepção do brasileiro sobre a prática da corrupção:

Os agentes públicos, de um modo geral, são vistos com enorme desconfiança por parte da cidadania, que vê o Estado como o espaço dos vícios, onde a corrupção, como prática natural a esse campo, impera. Quando perguntados onde a corrupção se faria mais presente, os cidadãos brasileiros afirmam estar ela mais presente nas instituições públicas, especialmente aquelas vinculadas ao Estado. A corrupção se faz mais presente nas instituições legislativas e nas instituições do Poder Executivo [...] (FILGUEIRAS; MONTANDON; OLIVEIRA.; ABREU, 2010).

O entendimento dos brasileiros sobre o funcionamento da corrupção, somado a um forte descrédito das instituições é permeado pela percepção de que essa prática sempre esteve presente desde a criação do aparelho público do país. Os brasileiros apontam a corrupção como um dos motivos centrais da desconfiança em instituições e partidos políticos. Esse fato, segundo Moisés, denota um padrão de orientações que combina valores pessoais e a atribuição de responsabilidades específicas aos instrumentos governamentais. Segundo o autor:

Ao mesmo tempo em que os partidos são reconhecidos como indispensáveis à democracia, o seu desempenho concreto é severamente avaliado, como exemplifica a atitude de desconfiança dos cidadãos dos mesmos; mas mais do que querer eliminá-los, a maioria dos cidadãos parece estar dizendo que deseja que eles funcionem efetivamente como mecanismos de representação (MOISÉS, 2010, p.303).

Esses traços da opinião pública podem indicar que existe o desenvolvimento de uma cultura política mais complexa que caminha no sentido de basear suas demandas de maneira a responsabilizar os atores políticos por efetivas políticas democráticas. É esse aspecto da cultura política que poderia aproximar a realidade política brasileira com características da poliarquia de Dahl, principalmente quando nos referimos ao conceito de responsividade, em que, num contexto de poliarquia, os cidadãos dispõem do direito de formular e expressar suas preferências, além de tê-las consideradas pelo aparelho político vigente (DAHL, 1997).

Dados coletados nos anos seguintes ao processo de democratização apontam para a uma “cristalização de opiniões democráticas” no decorrer da estabilização do novo regime, ainda que, em momentos de crises políticas e econômicas, como detectado no momento do fracasso do Plano Cruzado de Sarney ao abafar a crise inflacionária, esses indicadores sofram um encolhimento significativo. Segundo Moisés, são em momentos de retração econômica,

por exemplo, em que “caem as taxas dos que declaram ter preferência partidária, aumentam os que duvidam da capacidade dos analfabetos votarem, e diminuem os que manifestam disposição participacionista” (MOISÉS, 1992). Weffort comenta sobre a restauração de valores democráticos como hegemônicos na sociedade brasileira da redemocratização:

Se os anos 50 são os anos da constituição do desenvolvimento como valor geral, penso que os 70 e os 80 são os da constituição da democracia como valor geral. Porque a questão da democracia aparece – e não podia ser de outro modo – ligada ao problema do poder, a polêmica em torno do seu significado é uma decorrência necessária. Temos todo o direito de preferir uma democracia liberal ou socialista. Temos todo o direito de buscar assegurar a hegemonia burguesa ou lutar pela hegemonia dos trabalhadores. Mas esta luta de partidos, grupos de interesse e classes sociais em torno do sentido da democracia só pode existir quando se vai além do seu significado meramente instrumental. Na própria luta dos divergentes e dos contrários em torno do sentido da democracia, está a democracia como um valor geral (WEFFORT, 1984).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar sobre a jovem experiência democrática brasileira que vivenciamos um momento de relativa consolidação de seus mecanismos e instituições. Não podemos dizer, entretanto, que a democracia no Brasil não enfrente contradições e obstáculos que a impedem de ser uma base para a formação da cultura política do brasileiro. Ainda vivemos em um momento inicial, e portanto crucial, de incorporação desses valores na nossa tradição política, no sentido de permitir que os cidadãos se sintam e queiram ser parte ativa da política em níveis nacional e regional.

A escola culturalista de Almond e Verba significou um avanço em análises de democracias ao provar que movimentos políticos específicos podem ser explicados, mas não somente, pela conjuntura de padrões culturais detectada nas sociedades em que ocorrem. Através da inauguração do pensamento culturalista, conseguiu-se estabelecer que movimentos em direção à consolidação de novas democracias são facilitados não somente pela institucionalização de valores democráticos mas pela consagração desses valores e práticas na composição do modo de pensar e agir dos cidadãos, dentro e fora do espectro da atividade política. No caso do Brasil, o estudo da relação entre democratização e o que Almond e Verba chamam de cultura cívica nos ajuda a estabelecer um quadro bastante claro da formação cultural do brasileiro, da sua relação com as instituições democráticas vigentes após o fim de um longo período autoritário, e como esse cidadão se vê como ator político.

A abertura política após o regime liderado pelos militares, que durou de 1964 a 1985, representou uma clara conciliação de interesses entre o grupo detentor do poder dentro do Exército e parte da elite política autorizada pelos militares a liderar o caminho rumo à democracia. A continuidade de práticas autoritárias mesmo em um processo de mudança de regime estabeleceu raízes profundas no corpo da nova democracia brasileira. Se levamos em conta os constrangimentos de instituições e mecanismos democráticos proporcionados a fim de manter espaços para a ordem de poder vigente antes da abertura, não podemos afirmar que a democracia como valor foi definitivamente estabelecida no momento em que um presidente civil chegou ao poder após duas décadas de governos militares.

O presente estudo encontra sua razão de ser na análise da formação cultural democrática do brasileiro como possível resultado desse teor autoritário da abertura política. Podemos afirmar que a quantidade média de brasileiros que entende que a democracia é a melhor forma de governo em oposição ao autoritarismo é maior que aquela que, em alguns casos específicos, afirma que regimes ditatoriais podem ser melhores para uma sociedade específica. A consagração da democracia como valor universal, entretanto, é mais frágil do que se pode pensar, se considerarmos os níveis de desconfiança em relação aos procedimentos democráticos como se tem dado no Brasil da redemocratização, e a oscilação do apoio à democracia em momentos de crises políticas e econômicas. Altos níveis de corrupção política detectados nos mais diversos níveis de governo também provocam um efeito de deslegitimação dos procedimentos democráticos na cultura cívica do brasileiro, e acaba por produzir um efeito duplamente perverso, em que o brasileiro não cultiva um interesse profundo pela participação política além do exercício do voto e passa a acreditar que o aparelho público não representa a luta por interesses públicos e sim constitui em uma arena de articulação de benefícios a uma limitada elite política.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMOND, G; VERBA, S. *Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture revisited*. Newbury Park: Sage Publications, 1989.

ALMOND G.; POWELL, G. B. *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

- ARTURI, C. S. 2001. O debate teórico sobre a mudança de regime político: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.17, 11-31, nov.
- BANEGAS, R. 1993. Les transitions démocratiques : mobilisations collectives et fluidité politique. *Cultures et conflits*, Paris, n. 12, 105-140, hiver.
- DAHL, R. *Poliarquia: Participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.
- DOSSIÊ DITADURA. Mortos e desaparecidos políticos no Brasil 1964-1985. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- EAGLETON, T. *Ideologia: Uma introdução*. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.
- ECKSTEIN, H. *Regarding Politics: Essays on Political Theory, Stability, and Change*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- EL PAIS. 2014. *Comissão identifica 421 mortos e desaparecidos durante a ditadura*. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/13/politica/1415898466\\_812379.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/13/politica/1415898466_812379.html)>. Acesso em 28 de abril de 2015.
- FAGUNDES, B. F. L. 2008. Matrizes Do Pensamento Culturalista: Tocqueville E Almond-Verba. *Lua Nova*, São Paulo, n.74, 131-150.
- FILGUEIRAS, F.; MONTANDON, A. M.; OLIVEIRA, B. M. A.; ABREU, I. 2010. Corrupção, cultura política e reformas no Brasil. *Revista de C. Humanas*, vol. 10, n.2, 318-334, jul./dez.
- HUNTINGTON, S. *The Third Wave: Democratization in the Late 20<sup>th</sup> Century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1993.
- KUSCHNIR, K.; CARNEIRO L. P. 1999. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 227-250.
- INGLEHART, R. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, R.; WELZER, C. *Modernização, Mudança Cultural e Democracia: A sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.
- LAMOUNIER, Inequality against democracy. In DIAMOND, L.; LINZ, J.; LIPSET, M. S. *Democracy in Developing Countries*. Boulder: Lynne Rienner, 1988.
- LINZ, J.; STEPAN, A. *A transição e consolidação da democracia: A experiência do sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MOISÉS, J. A. Sociedade civil, cultura e democracia: Descaminhos da transição política. In COVRE, M. L. M. *A Cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOISÉS, José Álvaro. 1992. Democratização e Cultura Política de massas no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n.26, ago.

MOISES, J. A. 2010. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 16, n.2, 269-309, nov.

MOISÉS, J. A. CARNEIRO, G. P. 2008. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: O caso do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, n.1, 1-42, junho.

MORLINO, L. 1986. Consolidacion Democratica: Definicion, modelos, hipotesis. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.35, 7-61.

WEFFORT, F. C. *Por que Democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

ZAVERUCHA, J. 1994. Relações Civil-Militares No Primeiro Governo Da Transição Brasileira: Uma democracia tutelada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, n. 26, 162-178, out.

## **BIBLIOGRAFIA**

BAQUERO, M. 2008. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, n.2, 380-413, nov.

BAQUERO, M. 2001. Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática: Reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo Em Perspectiva*, vol.15, n.4.

BAQUERO, M. 2003. Construindo Uma Outra Sociedade: O capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.21, 83-108, nov.

CODATO, A. N. 2005. Uma História Política Da Transição Brasileira: Da ditadura militar à democracia. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n.25, 83-106, nov.

COSTA, P. R. N. 2012. A Elite Empresarial e as Instituições Democráticas: Cultura política, confiança e padrões de ação política. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 18, n.2, 452-469, nov.

D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A. D. *21 anos de Regime Militar: Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

DINIZ, E. 1986. A transição Política no Brasil: Perspectivas para a Democracia. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v.1, n.2, 66-88, jul-dez.

DINIZ, E.; BOSCHI, R.; LESSA, R. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da nova República*. São Paulo: Vértice, 1989.

FOLHA de São Paulo. 2004. *Maioria na América Latina apoiaria ditadura 'eficiente'*. Disponível em: <  
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:B2GrWlGHRWAJ:www1.folha.uol.c>

[om.br/fsp/mundo/ft2104200401.htm+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://om.br/fsp/mundo/ft2104200401.htm+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em 9 de julho de 2015.

KINZO, M. D. G. 2004. Partidos, Eleições E Democracia No Brasil Pós-1985. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 19, n.54.

LAMOUNIER, B. 1990. El Brasil de la postransición. Antecedentes, riesgos y posibilidades del gobierno Collor. *Revista Mexicana de Sociología*, n.4.

LAMOUNIER, B. *De Geisel a Collor: O balanço da transição*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

LOPES, D. M. N. N. 2004. Para Pensar a Confiança e a Cultura Política na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, vol. X, n.1, 162-187, maio.

MARTINS, L. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, G.; SCHMITTER, P. C.; WHITEHEAD, L. *Transições do Regime Autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988.

MOISÉS, J. A. 2008. Cultura Política, Instituições e Democracia: Lições da Experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.23 n.6614

MOISÉS, J. A. *Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MOISES, J. A. 1990. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. *Lua Nova*, São Paulo, n.22.

O’DONNELL, G. Transições, continuidades e alguns paradoxos. In: REIS, F. W. & O’DONNELL, G. *A democracia no Brasil: Dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

PRZEWORSKI, A. *Democracy and the Market: Political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

REIS, W. F.; O’DONNELL, G. *A Democracia no Brasil: Dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

RENNÓ, L. 1998. Teoria da Cultura Política: Vícios e virtudes. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.45, 71-92.

ROCHA, C. V. 2009. Democracia em duas dimensões: cultura e instituições. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, 863-880, set./dez.

SAES, D. *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

SANTOS, M. L.; ROCHA, E. C. 2011. Capital Social E Democracia: A Confiança Realmente Importa? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 38.

SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

STEPAN, A. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ZAVERUCHA, Jorge. 2001. Poder Militar: entre o autoritarismo e a democracia. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol. 15, n. 4, 76-83, out./dez.